

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.792 - PE (2019/0030827-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MARGARIDA CORREIA CABRAL
ADVOGADOS : MARCELLE MÁRCIA DE LACERDA MOREIRA LYRA - PE013689
ISAUBIR DE MENEZES LYRA JUNIOR - PE027530
GABRIEL DE BARROS CORREIA GALINDO - PE032116

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pela UNIÃO, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra o acórdão de fls. 194/199e.

No Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, aponta a recorrente, dentre outros pontos, ofensa ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, ao argumento de que, "embora o STF tenha declarado a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 5º da Lei no 11.960/09, quando do julgamento da Questão de Ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade no 4357 e 4425, a referida declaração de inconstitucionalidade teve seu alcance limitado à parte em que o texto legal se inspirava no art. 100, § 12, da CF/88, incluído pelo EC no 62/09, o qual se refere, tão somente à atualização de valores de requisitórios, motivo pelo qual se deve observar a Lei nº 11.960/09 em relação à correção monetária e aos juros de mora até que o STF promova o julgamento do RE no 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da matéria" (fls. 204/205e).

O Recurso Especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem (fls. 235/236e).

Com efeito, a tese apresentada pela parte recorrente teve repercussão geral reconhecida, pelo Plenário do STF, nos autos do Recurso Extraordinário 870.947/SE, Relator Ministro LUIZ FUX, em que se discute a "validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009" (Tema 810).

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal deferiu o efeito suspensivo aos Embargos de Declaração opostos com a finalidade de modulação dos efeitos do julgamento do RE 870.947/SE, por entender que a aplicação imediata do **decisum** embargado pelas instâncias **a quo** poderia ensejar a realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

"DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO CPC/2015. DEFERIMENTO" (EDcl no RE 870.947/SE, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe de 25/09/2018).

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, III, do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o Agravo em Recurso Especial fique sobrestado até o julgamento definitivo do Tema 810 pelo Supremo Tribunal Federal e, após, seja submetido a julgamento na forma do art. 1.040 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora